

PRIORE, Mary del. *O castelo de papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil e Gastão de Orleans, conde d'Eu*. Rio de Janeiro: Rocco, 2013. 320 p.

## UM CASAL IMPERIAL NOS TRÓPICOS

Anderson Rodrigues Vaz<sup>1</sup>

Mary del Priore é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1983), possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo, Especialização e Pós-Doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales (1996). Tem se dedicado nos últimos anos à pesquisa e confecção de biografias de personagens importantes do período imperial brasileiro. Leciona no Programa de Mestrado em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO/NITERÓI) e desenvolve uma pesquisa intitulada “Cultura, mentalidade e vida social no Rio de Janeiro do século XIX”. Realiza pesquisas na área de história colonial, história da cultura, história de gênero.

O livro “O castelo de papel: uma história de Isabel de Bragança, princesa imperial do Brasil e Gastão de Orleans, conde d'Eu”, editado pela Editora Rocco, é um excelente trabalho editorial. Foi confeccionado em 11 capítulos, 317 páginas, contendo fotografias reveladoras da vida social experimentada no século XIX por Isabel de Bragança e seu companheiro, Gastão de Orléans.

Para este livro, a historiadora fez uso de correspondências, apontamentos, diários e notícias vinculadas aos seguintes periódicos: *A Semana Ilustrada*, *Jornal do Commercio*, *A Vida Fluminense*, *A Reforma*, *A República*, *Diário do Rio de Janeiro*, *O Mequetrefe*, *Cidade do Rio*, *Diário de Notícias*, *Gazeta da Tarde*, *Gazeta de Notícias*, *O Protesto: Jornal de Três e O Corsário*. Isto permitiu a autora fazer uma análise comparativa necessária, ao se utilizar jornais como fontes históricas, permitindo a identificação dos grupos políticos que patrocinavam as notícias, os valores que a elite e formadores de opinião procuravam defender no período de transição entre final da monarquia e início do governo republicano.

---

<sup>1</sup> Mestrando em História Social pela Universidade Federal da Bahia

É uma das ideias eixo da autora a compreensão das características desejadas e tradicionalmente esperadas em um homem nascido numa sociedade aristocrática: ele deveria zelar pelos valores tradicionais da família, tomando atitudes que visassem o bem comum de seus membros, não deixando que interesses pessoais estivessem acima dos interesses familiares. O representante masculino, mais antigo e experiente, ficava responsável por guiar o mais novo nos desafios experimentados ao longo da vida, incentivando-o a enfrentar e vencer todas as batalhas em nome do bem comum de todos os membros do clã.

As cartas analisadas por Priore deixam claro que o filho devia obediência ao pai, mesmo tendo mais de 40 anos, casado e vivendo na América do Sul e, apesar das dificuldades que esta regra íntima e familiar pudesse trazer no cotidiano dos filhos dos remanescentes de uma nobreza em decadência, eles obedeciam sem pestanejar, como se aquilo que foi aprendido com a convivência social fosse uma verdade inquestionável. É óbvio que há casos de filhos que ousaram seguir as suas próprias razões de foro íntimo e pessoal, que se recusavam a se casar com o pretendente escolhido pelos pais, por exemplo, mas, além destes casos estarem, de forma pedagógica, associados à loucura, não foi o caso dos personagens protagonistas do “Castelo de Papel”, pois estes obedeceram aos pais até à morte, mesmo a contragosto.

É notável perceber que fazia parte da educação do jovem descendente de uma família aristocrata a participação em ações bélicas. Isso era tido como natural e necessário para fortificar o temperamento. Gastão de Orleans, quando chega aos 21 anos, tem dois grandes desafios impostos pelas regras sociais dos seus pares: o primeiro, casar-se com uma mulher representante de uma família nobre e, o segundo, não menos importante, demonstrar sagacidade em alguma contenda que envolvesse interesses de nações amigas contra nações inimigas.

O seu batismo de fogo foi contra os mouros na guerra da Espanha contra o Marrocos nos anos de 1860. O retorno bem sucedido e a lembrança de uma ação de coragem incomum se refletiam em convites para participar de festas comemorativas nas cortes reais, onde se prestavam e se recebiam homenagens, se buscava retorno financeiro ou pelo menos prestígio social. As cartas enviadas do *front* de batalha eram responsáveis por alimentar ou não esperanças de que o filho, o neto, seria um bom defensor das causas familiares.

Outra principal ideia eixo da autora diz respeito à compreensão das características que uma representante do sexo feminino deveria ter em uma sociedade aristocrática. Para Priore, a princesa Isabel seguiu a tendência de uma época em que se educavam as mulheres da elite para cuidar da casa e da família. A vida da mulher estava voltada à concepção, é um período em que Maria, mãe de Jesus, é um espelho a ser seguido, representando a mulher exemplar. Em geral, assuntos que extrapolavam o solar da porta não deveriam ser tratados por mulheres, mas sim por seus respectivos cônjuges. Em outras palavras, a escolha do companheiro de Isabel também é a escolha de um provável chefe da nação brasileira.

Se o escolhido tivesse apoio político para tanto, coisa que nunca aconteceu, pois segundo Priore, Gastão teria se adaptado ao papel delegado por D. Pedro II, que não o enxergava como sucessor. Foi enviado pelo próprio D. Pedro II para capturar o ditador paraguaio Solano Lopez, uma tarefa dura também para um representante da aristocracia devido a problemas de locomoção e falta de alimentos para toda a tropa. Além disso, os monarquistas e republicanos não desejavam ver a nação brasileira chefiada por um descendente da aristocracia francesa em plena decadência.

Para a autora, no século XIX, a felicidade de uma mulher estava associada ao um matrimônio com um homem exemplar e aos seus frutos, isto é, filhos. Seu papel e maior responsabilidade na vida era educar e promover a saúde e bem estar de seus mancebos. Segundo o costume da época, Isabel de Bragança, ao fazer 14 anos em 1860, prestou juramento à Constituição, como sucessora do pai e precisava de um marido, que ficaria responsável por tomar decisões e lhe mostrar o melhor caminho a seguir.

Priore destaca em seu livro a influência do catolicismo cristão na formação da personalidade de Isabel, comum entre as mulheres da elite em meados do século XIX, e que teria repercutido muito negativamente na possibilidade dela ter apoio político para se tornar a sucessora do seu pai no poder.

Para a autora, do “Castelo de Papel”, muitos dos detratores da Princesa Isabel, notadamente republicanos que não desejavam a continuação da Monarquia e aqueles que almejavam o afastamento do Estado da Igreja, dirigiam-lhe escritos ofensivos, associando-a à fraqueza, incapacidade de governar e indolência em seus periódicos. Isabel parece ter utilizado como estratégia política o silêncio, pois Priore não encontrou manifestações da princesa em suas cartas pessoais, nem na imprensa.

Para Priore, o papel social vivido por Isabel harmonizava-se com o que era esperado entre as mulheres da elite brasileira; no entanto, muitas delas chegaram a chefiar famílias no século XIX, eram exceções, mas porque uma princesa imperial não conseguiu? É uma questão central presente ao longo do livro, proposto por Priore, quase que acusando a protagonista de incompetência.

Isabel dedicou sua vida a ser uma filha obediente, uma esposa dedicada e uma mãe exemplar. “Na vida real ela foi a mulher que não quis ser Imperatriz”. O livro “O Castelo de papel” se opõe à visão construída para Princesa Isabel, principalmente pelos beneficiários da Lei Áurea, de Redentora do Brasil. Ela dá ênfase principalmente ao seu papel como mulher na história e, infelizmente, se decepciona com a conclusão que chegou: Isabel se esforçou para cumprir um papel dado por representantes masculinos, primeiramente seu pai, grande chefe da nação, cujas ordens precisavam ser obedecidas, mesmo quando não era do seu agrado e que eclipsava qualquer atuação política do seu estimado companheiro, um francês, Gastão de Orleans, o conde d’Eu.

“O castelo de papel” é um livro ímpar na historiografia brasileira, pois utiliza um grande tema central: os últimos anos do regime monárquico no Brasil, com suas grandes questões já conhecidas: como o papel dos liberais e conservadores, dos ateus e dos religiosos, dos monarquistas e dos republicanos, enfatizando o papel da mulher na História.

Trata-se de um grande trabalho historiográfico, em que se deve dar crédito aos exercícios imaginativos utilizados pela autora para se justificar uma visão de mundo declaradamente pessoal. É possível que outros historiadores, tendo acesso às mesmas fontes, possam chegar às conclusões dispares da autora.

O diálogo só enriquece a profissão. Não podemos, no entanto, tomar o livro como verdade absoluta. Os maiores historiadores não estão livres do erro do anacronismo, nenhuma escrita da História é essencialmente objetiva, nenhum autor consegue esconder o que sente ou, no caso do presente livro, o que se deseja da trajetória do personagem histórico biografado.

O grande mérito deste livro é trazer para o público, especialista ou não, a ideia de que construímos realidades baseado em diferenças da identidade sexual. Estas diferenças produzem valores culturais hierarquizados que aprisionam a ambos os sexos, como se estivessem em uma redoma e dela

não pudessem sair, caso contrário estariam cometendo uma falta grave para a sociedade, que, por sua vez, sofre de não ter os seus indivíduos por inteiro, lhes dá um roteiro a seguir e não lhes dá espaço para o improviso criativo que poderia beneficiar a todos.

Recebido em 12/10/2014 - Aprovado em 02/12/2014